



A LUTA DO CAMPESINATO POR OUTRO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

Raquelina da Silva Santos ¹

Ivo Marcos Theis ²

RESUMO

Este artigo parte de reflexões da pesquisa de doutorado financiada pela Capes na Universidade Regional de Blumenau, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. A pesquisa faz um estudo sobre o campesinato na questão regional, avaliando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra a partir da figura do campesinato e oferece um aprofundamento teórico sobre a proposição do movimento para um novo modelo de sociedade. A pesquisa justifica-se em três aspectos: prático, teórico e sua contribuição para o desenvolvimento regional. No primeiro engloba-se a relevância social do debate da questão agrária. No segundo destaca-se a relevância deste trabalho sobre o debate teórico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), através de sua figura principal, o campesinato, na questão regional. Temática não encontrada nas pesquisas feitas no âmbito do planejamento regional. E no terceiro, a pesquisa se justifica por ser uma contribuição ao desenvolvimento regional e as implicações territoriais e espaciais que caracterizam a dinâmica de uma região. Quanto aos processos metodológicos a pesquisa centra sua análise a partir da concepção do materialismo histórico geográfico, a população estudada são os camponeses que estão vinculado à luta pela terra através dos Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Completa-se a metodologia com estudo de bibliografias, levantamento de dados primários e secundários e entrevistas semiestruturadas. A pesquisa em fase de andamento ainda não apresenta resultados conclusivos, mas já evidencia a perspectiva de um novo horizonte sobre a questão da terra no Brasil

Palavras-chave: Campesinato. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Desenvolvimento.

ABSTRACT

This article is based on reflections of the doctoral research funded by Capes at the University Regional de Blumenau, in the Postgraduate Program in Regional Development. The research makes a study of the peasantry in the regional issue, evaluating the Landless Rural Workers Movement from the perspective of the peasantry, and offers a theoretical insight into the movement's proposition for a new model of society. The research is justified in three aspects: practical, theoretical and its contribution to regional development. The first encompasses the social relevance of the debate on the agrarian issue. The second highlights the relevance of this work on the theoretical debate of the Landless Rural Workers Movement (MST), through its main figure, the peasantry, in the regional issue. Theme not found in research carried out within the scope of regional planning. And in the third, the research is justified for being a contribution to regional development and the territorial and spatial implications that characterize the dynamics of a region. As for the methodological processes, the research centers its analysis on the conception of geographical historical materialism, the population studied are the peasants who are linked to the struggle for land through the Landless Rural Workers Movement. The methodology is completed with a study of bibliographies, the survey of primary and secondary data and semi-structured interviews. The ongoing research does not yet present conclusive results, but it already highlights the prospect of a new horizon on the land issue in Brazil

Keywords: Peasantry. Landless Rural Workers Movement. Development.

¹Graduação em Geografia. Mestrado em Geografia. Estudante do curso de Doutorado em Desenvolvimento Regional, bolsista CAPES. Universidade Regional de Blumenau. raquelines@furb.br

² Graduação em Economia. Mestrado em Administração e Doutorado em Geografia Humana. Professor titular da Universidade Regional de Blumenau. theis@furb.br



INTRODUÇÃO

Este artigo reflete sobre a luta do campesinato por outro modelo de desenvolvimento, desarticulado da ideia de desenvolvimento que vivenciamos nos dias atuais, ou seja, pelo viés estritamente econômico. O desenvolvimento regional atrelado ao desenvolvimento do capital não mudou as estruturas desiguais, pelo contrário só fortaleceu as grandes corporações, os bancos, a expansão do capital no campo e na cidade, em contrapartida fragilizou as condições sociais, nos aspectos econômicos, educacionais e nas relações de trabalho, principalmente nos países mais pobres, como é o caso do Brasil.

Neste sentido, o artigo reflete outra possibilidade de pensar a sociedade a partir das ações do campesinato vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que propõe modificar a estrutura desigual existente no campo e na cidade, a partir do Plano Emergencial da Reforma Agrária, impulsionando a melhoria de vida da população através da possibilidade de construir autonomia produtiva, econômica, política e educacional, pensando portanto, no bem comum.

Para a presente discussão, o artigo divide-se em cinco seções, a primeira esta introdução que está organizada em uma breve apresentação da pesquisa, da justificativa, dos objetivos, assim como, síntese metodológica e conclusiva, uma vez que, a pesquisa está em andamento e ainda não apresenta conclusões definitivas.

O campesinato é uma categoria de estudo bem complexa. Pois, existem várias formas sociais que definem o camponês. Formas sociais distintas, que se caracterizam através da luta pela sobrevivência e resistência, e que se relacionam fortemente com a criação e recriação do território. O campesinato que provoca a alteração no território pode ser identificado como os “quilombolas, as parcelas dos povos indígenas integrados ao mercado, os agricultores familiares vinculados ou não aos assentamentos de reforma agrária” (WELCH, et.al, 2009, p.11).

Na diversidade da condição camponesa, enfatizamos neste trabalho o campesinato vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Sendo este campesinato, considerado aqui como um modo de vida centrado na propriedade, no trabalho e na família. O campesinato busca constantemente preservar sua autonomia e se libertar das servidões. Neste sentido, de libertar-se, que o campesinato no contexto do MST, pode ser caracterizado como “formas particulares da agricultura familiar, que se constitui enquanto um modo de vida específico de produzir e de viver em sociedade” (WANDERLEY, 1996, p.2).



A presente pesquisa se justifica em três aspectos: prático, teórico e sua contribuição para o desenvolvimento regional. No primeiro engloba-se a relevância social do debate da questão agrária. No segundo destaca-se a relevância deste trabalho sobre o debate teórico do campesinato na questão regional, temática não encontrada nas pesquisas feitas no âmbito do planejamento regional. E no terceiro, a pesquisa se justifica por ser uma contribuição ao desenvolvimento regional e as implicações territoriais e espaciais que caracterizam a dinâmica de uma região.

Desta forma, a pesquisa em questão tem caráter peculiar em debater o campesinato enquanto classe social na formação do território brasileiro no âmbito da linha de pesquisa do Desenvolvimento Regional. Esse debate já envolve nossa segunda seção que evidencia os pressupostos metodológicos para destacar como a pesquisa surge no “subcampo do desenvolvimento regional na área de Planejamento Urbano e Regional, estabelecida pela CAPES e que integra as chamadas Ciências Sociais Aplicadas” (THEIS, 2019, p.335).

A pesquisa sobre a luta do campesinato no âmbito do desenvolvimento regional é peculiar, uma vez que neste estudo a defesa entorno da questão agrária e da luta dos movimentos sociais implica uma leitura de desenvolvimento que destoa da perspectiva que vem sendo discutida na linha do desenvolvimento regional, ou seja, de um desenvolvimento intrínseco à lógica do capital, na produção de mercadorias, no desenvolvimento de tecnologias, no processo de modernização e conseqüentemente no crescimento econômico. Por outro lado, esse desenvolvimento contribui para o aumento da pobreza, da miséria, da desigualdade social, principalmente nos países ou nas regiões mais pobres.

Portanto, aqui corroborando com Theis, o desenvolvimento não pode ser desconsiderado dentro das condições econômicas, mas não é a única via. E o campesinato através de suas lutas por dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, apresentam a “alternativa para a autodeterminação social”, ou seja, ao mesmo tempo que reconhece o que existe, desenvolve alternativas para um novo horizonte.

Esse novo horizonte “se funda numa transformação social desde baixo, na insubmissão em relação ao instituído, na insubordinação em face do constituído, na rebelião contra a dominação e exploração vigentes” (THEIS, 2020, p.34). Portanto o conceito de desenvolvimento aqui é substituído pelo conceito de autodeterminação social, ou seja, a possibilidade de construir um novo horizonte para o campesinato no Brasil e isso podemos constatar a partir da luta do campesinato por outro modelo ou na luta pela construção de outra sociedade.



Os objetivos deste trabalho voltam-se para analisar como o campesinato se posiciona frente ao avanço do capital no campo brasileiro, identificando o campesinato na formação territorial do Brasil, descrevendo o debate sobre a questão agrária em nosso país e englobando discussões sobre a luta pela terra, os conflitos no campo, as formas de resistência camponesa, etc. Neste sentido, busca identificar qual a contribuição do campesinato vinculado aos MST na perspectiva de outro modelo de sociedade.

Para fundamentar os estudos, o processo metodológico foi realizado em duas etapas que dialogam entre si. Estudos bibliográficos e levantamento bibliométrico. A pesquisa bibliométrica se deu através das base de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES e no Scientific Electronic Library Online (SciELO) e pelo alertas do Google no e-mail a partir das seguintes palavras-chave: desenvolvimento regional; campesinato; movimentos sociais; questão agrária e reforma agrária.

Na terceira seção propõe-se fazer uma abordagem sobre o referencial teórico que engloba nosso estudo em torno do debate do campesinato, dos movimentos sociais, da luta pela terra, questão agrária e reforma agrária no Brasil e o papel do MST na luta do campesinato no Brasil. Ainda nesta terceira seção busca-se apresentar a possibilidade de reflexão sobre o tema em questão, a importância deste debate no contexto do planejamento urbano e regional, evidenciando uma leitura que defende a condição do campesinato enquanto classe social, que propõe produção agroecológica, educação emancipadora, formação de consciência de classe, respeito à natureza, melhoria das condições de vida no campo.

E na quarta seção apresentaremos resultados e discussões sobre o desenvolvimento da pesquisa. Na quinta e última seção temos as considerações finais que além de fazer uma revisão do artigo propõe enfatizar a autodeterminação social do campesinato vinculado ao MST na luta pela constituição da transformação da sociedade vindo daqueles que sempre são considerados os vencidos na história da formação do território brasileiro.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa encontra-se na Área de avaliação do Planejamento Urbano e Regional e Demografia. O Programa de Desenvolvimento Regional encontra-se na subárea do Planejamento Urbano e Regional. Por ser um programa multidisciplinar nos chamou bastante atenção as diferentes possibilidades de diálogo na pesquisa. Com base nessa premissa a



pesquisa avança na perspectiva de construir um diálogo sobre a categoria camponato no âmbito do Desenvolvimento Regional.

A construção metodológica da pesquisa em estudos bibliográficos e levantamento bibliométrico embasam a construção desta etapa do trabalho. A primeira etapa ocorreu com estudos sobre: história do camponato no Brasil, questão agrária, luta de classes, movimentos sociais, agronegócio, desenvolvimento regional, desenvolvimento desigual, reforma agrária, movimentos sociais, centralizando o estudo no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A segunda etapa ocorreu através da pesquisa bibliométrica, como apresentado na introdução

De cunho qualitativo, a pesquisa engloba quatro aspectos: “o local, os atores, os eventos e os processos” (Miles e Huberman (1994) *apud* Creswell 2010). O trabalho se baseia nesses quatro aspectos para determinar a coleta de dados. O local: regionalização do MST; atores: camponeses vinculados ao MST; eventos: história do camponato no Brasil, questão agrária, luta de classes, movimentos sociais, agronegócio, desenvolvimento regional, desenvolvimento desigual. Os processos que constitui a pesquisa são os estudos bibliográficos, levantamento bibliométrico, análise de dados secundários e primários e entrevistas semiestruturadas com os coordenadores regionais do MST.

O método dessa pesquisa busca explicar através da história, dos processos de territorialização do capital e do camponato, dos conflitos, dos processos de luta, da expansão e exploração do capital no Brasil, das relações do agronegócio e das opressões sofridas pelo camponato, como a história têm em si um movimento contínuo que se faz na luta pela apropriação do território e na conquista do poder a partir dos interesses de classes.

É nesses interesses distintos que os homens produzem sua materialidade, seja através de suas relações sociais, econômicas e políticas. Em cada período histórico a relação entre esses elementos no contexto dessas classes antagônicas em questão, são distintas. E é na contemporaneidade que se chama atenção para compreender como o camponato se materializa através da produção de alimentos saudáveis, na luta pela terra, na resistência para permanecer na terra ou reconquistá-la e busca desenvolver outro modelo de produção que modifique a estrutura capitalista vigente.

Por fim, a teoria que embasa nosso estudo é a Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual. Esta contribui para explicar a produção do espaço geográfico, a relação do homem com a natureza, os processos produtivos, a espacialização das empresas, as condições de



desenvolvimento da sociedade, a configuração da paisagem geográfica que expressa as desigualdades socioterritoriais.

A Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual contribui na análise dos impactos do desenvolvimento da globalização, pois a globalização é um marco para a ampliação dos mercados e expansão de determinados conglomerados para cada canto do planeta, ou seja, “a burguesia precisa se estabelecer em cada canto do planeta” (THEIS, 2009) e nessa espacialização vai provocando as desigualdades sociais que podem ser vistas tanto no campo quanto na cidade.

Portanto, a natureza do capital está centrada no desenvolvimento desigual. Ao mesmo tempo que produz espaços desenvolvidos impulsiona a criação de espaços subdesenvolvidos provocando uma dualidade espacial. É nessa dualidade que o capitalismo promove para si a geração cada vez maior do seu processo de acumulação.

É na leitura dessa teoria que esta pesquisa busca explicar como as relações do MST através da figura do campesinato no contexto do desenvolvimento capitalista luta por outro modelo de desenvolvimento, pois há um horizonte que está posto para eles no conjunto da dualidade promovida pelo sistema capitalista, e que de tão desigual vem oprimindo muitas classes sociais, e no campo, essa opressão reflete as condições de desigualdades, conflitos, luta pela terra e resistências do campesinato.

REFERENCIAL TEÓRICO

O campesinato, organizado em movimentos sociais, como o MST, vem articulando e pensando como romper com a realidade do campo brasileiro nos dias atuais. Como construir uma outra sociedade, diante da subordinação existente entre os trabalhadores do campo? A mudança da estrutura agrária de um país evidencia a mudança das elites agrárias e das grandes empresas agropecuárias. Logo, a luta se faz presente, pois é o conflito que move a questão da terra no Brasil.

A negação das políticas de ampliação das condições de vida do campesinato no campo brasileiro, é um projeto das elites agrárias e das grandes empresas do agronegócio. A terra é uma mercadoria que promove a riqueza desses grupos, e a alta concentração fundiária é a garantia de delimitar os poderes sobre a terra no Brasil. Neste sentido, a ausência do Estado e a ampliação dos direitos dos grandes proprietários de terras, nos mostra como nos curvamos diante das determinações econômicas externas. E por se curvar as determinações externas que nossa formação histórica, espacial e territorial dizimou indígenas e provocou a escravização



dos povos africanos em nosso território. A formação de nosso território é marcada pela usurpação de nossas terras, de nossos povos e de nossa identidade, pois desde o período colonial o nosso elo de transformação esteve ligado aos interesses econômicos externos, sendo neste sentido, a direção da estruturação da localidade que conhecemos hoje, o Brasil.

O processo histórico permite compreender que a base da concentração fundiária do Brasil, está na etapa da colonização, quando temos as terras designadas aos donatários por parte de Portugal, através dos sistemas de sesmarias. Não só o sistema de sesmarias, mas a expansão do território brasileiro e suas etapas comerciais, pecuária, ouro, algodão, café resultam no desenvolvimento produtivo centralizador, que esteve voltado exclusivamente para a expansão dos países europeus, em função das exportações.

Os europeus desencadearam a formação territorial do Brasil sob seus interesses mercantis, que foram essenciais para a construir um “tripé escravatura-latifúndio-monocultura” (MOREIRA, 2020, p.57), tripé este que passa a fundamentar o perfil da economia brasileira, desencadeada por uma mão-de-obra não livre, um sistema produtivo excludente e um modo de produção concentrador, o que foi determinante para “edificar o sistema agrícola colonial brasileiro” (MOREIRA, 2020, p.57).

Na busca por superar o modelo de produção vigente, a classe camponesa, reconhecida pela presente pesquisa, como a classe que atrelada aos movimentos sociais, em específico o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tem se organizado desde a década de 1980 para superar a subordinação e propor a construção de uma outra possibilidade de sociedade, a qual construa sua autonomia produtiva, econômica, social, política e educacional.

O campesinato tem papel fundamental nas novas relações econômicas do campo, sendo direcionado para pequenas produções, sem lucratividade e ocupando terras pequenas que foram menosprezadas pelas grandes propriedades. Para Moreira desta mudança social surge um

[...] campesinato que nasce sob faces regionais as mais diferenciadas, já que a acumulação primitiva do capital surge e progride no interior do arcabouço espacial herdado do colonial-escravismo, aparecendo como pequeno proprietário familiar no Sul, colono nos cafezais do Sudeste, morador dos canaviais e dos algodoais do Nordeste e seringueiro nas matas extrativistas da Amazônia (MOREIRA, 2020, p. 133).

A expansão do capitalismo no Brasil transformou a vida dos camponeses na relação entre a cidade e o campo. A espacialização do capital sobre o campo modificou a vida dos camponeses, pois estes foram desapropriados de suas terras em função da expansão da lógica produtiva dos centros urbanos industriais. Os camponeses sofreram e ainda sofrem com a



perda da centralidade do campo e os processos de modernização, pois a indústria no campo mudou a vida dos camponeses provocando o processo de desterritorialização.

O campesinato esteve

submetido historicamente ao monopólio fundiário que o conduz a reproduzir-se sob baixas condições de existência, o campesinato afirma como objeto de luta a quebra e redistribuição cabal da terra ao monopólio. Aceder à propriedade é para ele o modo de colocar em suas mãos o poder de decisão de sua própria condição de reprodutibilidade. De afastar para sempre, a agrura da proletarização que permanentemente o ameaça, a par de não ter mais que migrar para sobreviver como posseiro na linha instável da fronteira agrícola e assim continuar existindo como campesinato. A redistribuição de terras é, pois, um fim de linha da condição capitalista de existência (MOREIRA, 2020, p.188).

Na luta pela redistribuição de terras e no enfrentamento aos processos de desterritorialização o campesinato luta pela reconquista de sua dignidade, ou melhor, rejeita “aceitar a humilhação, a opressão, a exploração e a desumanização” impostas pela modernização do campo. Neste sentido, o campesinato através da luta pela terra, organizados em movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, reivindicam políticas que estejam “imbuídas do sonho de criar um mundo de respeito mútuo e de dignidade, imbuída do conhecimento de que esse mundo implica a destruição do capitalismo e de tudo o que nos desumaniza ou nos desubjetiviza” (HOLLOWAY, 2003, p. 227).

Nesta pesquisa, o campesinato é visto como um modo de vida diferente e que pode incluir

[...] os proprietários e posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como os povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açazeiros; os que usufruem dos fundos de pasto até os pequenos arrendatários não-capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras do sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos da reforma agrária (WELCH, et.al, 2009, p.11).

O conceito de campesinato discorre sobre um amplo debate entre pesquisadores das universidades e formuladores de políticas públicas. Nesse trabalho o conceito de campesinato está atrelado a um debate político que se insere no âmbito dos movimentos sociais, os quais, contribuem para reafirmar o campesinato enquanto um modo de vida, que destaca e reafirma o lugar social do campesinato, através de suas lutas e reivindicações na questão da terra em nosso país.

A questão da terra engloba o



[...] estudo dos problemas que a concentração da propriedade da terra trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e sua influência no poder político. [...] explica a forma como as sociedades, como as pessoas vão se apropriando de utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território. E é considerada também como “o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira” (STEDILE, 2005, p.15-16).

Essa realidade é expressa na luta pela terra, nos conflitos e enfrentamentos do campesinato em relação ao desenvolvimento do capital no campo. É uma realidade que nos mostra a resistência dessa classe social, que ainda hoje, resiste frente as mudanças provocadas pelo avanço do capital. Os camponeses podem ser avaliados sob duas perspectivas, aqueles que vendem sua força de trabalho e desenvolvem produções capitalistas e aqueles que são resistentes à lógica do capital e com isso trabalha na sua terra, luta pelos seus direitos, enseja outro modelo produtivo e de organização social. Portanto, há camponeses que tem a terra como terra de trabalho e há outros que a tem como terra de negócio, quando trabalham sua terra voltada para o capital, são modelos distintos de sobrevivência e conseqüentemente modelos de sociedade diferenciados por interesses divergentes entre os perfis em questão (FELÍCIO, 2011).

Atualmente há um outro modelo de desenvolvimento agrícola em nosso país, delimitado por um poder centralizado a partir de grandes empresas que dominam a produção de *commodities* para o mercado externo e provocam grandes conflitos no campo. Desta forma, este modelo, o agronegócio, encontra-se numa condição de submissão aos interesses do mercado internacional, conseqüentemente causando impactos significativos no mercado interno no que tange, a alta concentração fundiária de nosso país, a devastação ambiental, a baixa produção de alimentação saudáveis e um falso consenso de que o agronegócio é o propulsor da produção de alimentos da população.

É a partir dessa realidade que se reforça a importância de olhar o campesinato em sua dimensão política, cultural e social. Pois, a modernização conservadora, “provoca [...] nos movimentos de luta pela terra, que se estendem por todas as regiões/ do país” (WANDERLEY, 2014, p.29), a luta pelo direito à terra, a produção de qualidade, a assistência por meio de políticas públicas, que contribuam para ampliar a condição produtiva do campesinato, dando a esses possibilidades de ampliar seu desenvolvimento produtivo e sua sobrevivência, pois o campesinato em nosso país, através de suas lutas e resistências contribuem para as produção agrícola do Brasil.



O camponês apesar de toda subordinação que vem passando ao longo dos séculos e vem sofrendo com os impactos decorrentes desse modelo de desenvolvimento global, tem muito a contribuir com o desenvolvimento das regiões, principalmente quando se refere a produção do campesinato no Brasil. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) a produção dos camponeses no Brasil, é responsável por 70% do alimento que é consumido pelos brasileiros (FAO, 2019). O campesinato desenvolve outras lógicas produtivas e com isso ele pode contribuir “com a restauração da soberania da economia alimentar e dos ecossistemas degradados”. (FELÍCIO, 2011, p. 58). Enquanto a agricultura camponesa se volta para a produção do mercado interno, o agronegócio está centrado na exportação de *commodities*, da soja e da cana-de-açúcar, por exemplo.

Sob essa lógica, o capitalismo contribui para a desintegração do campesinato, mas há um profundo processo de resistência que constantemente se impõe pela manutenção de sua forma de vida, isso não implica em não ter um camponês inserido no “mundo da tecnologia, da mercadoria e da informação” (NABARRO, 2014, p.218), pelo contrário é um novo campesinato que se integra a novos modos de produzir, mas que mantém seu modo de vida, sua ideologia, suas relações sociais, e materializa com isso novas territorialidades, que nos permite afirmar que o campesinato, ainda vive e resiste dentro da lógica neoliberal do capitalismo.

Neste sentido, o campesinato tem resistido ao sistema do capital, e através das organizações dos movimentos sociais tem provocado alterações na criação e recriação do seu território. O campesinato luta por terra e resiste frente as mudanças pelas quais o campo brasileiro vem passando, são exemplos de luta e de resistência nesse país. A constituição do campesinato em nosso país está centrada nessa experiência de enfrentamento ao capital - no Brasil, tomemos como exemplo a figura do latifundiário, do agronegócio e do Estado - que vem delimitando os espaços de produção e organização dos camponeses, quando negam a terra a essa classe social, ou quando os expropriam de suas terras para a ampliação de áreas de interesses do capital.

As lutas do campesinato podem ser representadas em sua maioria através de organizações populares, como os movimentos de luta pela terra, que têm resistido desde o início do século XX as problemáticas do campo, ou seja, com o processo de modernização no campo brasileiro os camponeses sentiram e sentem na pele a subordinação, a proletarianização, a desterritorialização. E por meio da luta e da organização em movimentos sociais que eles vêm adquirindo novos espaços, ou seja, reterritorializando-se em função da conquista dos



acampamentos e dos assentamentos. É por meio dessas ações que é possível considerar os movimentos sociais como principais agentes de mudanças e resistência no campo brasileiro.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) enquanto movimento social se organiza desde 1984 através da luta pela terra e por reforma agrária. Esse movimento tem se concretizado através de ações de ocupações, manifestações, passeatas, marchas, congressos, formação política, trabalho de base, enfrentamento ao Estado e reivindicações pelos direitos dos povos do campo.

De acordo com Bernardo Mançano Fernandes o conceito de movimentos sociais pode ser analisado por uma perspectiva geográfica e ser considerado como movimentos socioterritoriais, como ele bem explica.

Para evitar mal-entendidos [...], enfatizamos que movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem “um e outro”. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica (FERNANDES, 2005, p.279).

Os movimentos socioterritoriais a partir de uma perspectiva geográfica são considerados movimentos que tem como “trunfo o território” [...] e são movimentos que “criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios” (FERNANDES, 2005, p.280). Neste sentido, consideramos que o MST enquanto movimento socioterritorial vem se constituindo como um movimento autônomo. Essa autonomia é para Gohn

fundamentalmente, ter projetos e pensar os interesses dos grupos envolvidos com autodeterminação; é ter planejamento estratégico em termos de metas e programas; é ter a crítica, mas também a proposta de resolução para o conflito que estão envolvidos; é ser flexível para incorporar os que ainda não participam, mas têm o desejo de participar, de mudar as coisas e os acontecimentos da forma como estão; é tentar sempre dar universalidade às demandas particulares, fazer política vencendo os desafios dos localismos; ter autonomia é priorizar a cidadania: construindo-a onde não existe, resgatando-a onde foi corrompida. Finalmente ter autonomia, é ter pessoal capacitado para representar os movimentos nas negociações, nos fóruns de debates, nas parcerias de políticas públicas (GOHN, 2003, p.17).

É através dessa autonomia que o movimento se constitui como um ator político. E os sujeitos que os compõe de forma diversa configuram o perfil do movimento. No caso, desta pesquisa o foco está no camponês, que é o marco da luta do movimento. O termo camponês em seu sentido político luta pelo reconhecimento de sua classe social, do seu modo de vida, pelo reconhecimento de seus direitos e a necessidade de o Estado reconhecer a importância



deste modo de vida. O movimento pressiona o Estado para que este possa designar o direito à terra, a moradia e as melhores condições de vida no campo. Neste sentido, o campesinato, defende outra lógica de societária, a qual não está direcionada para ampliar as desigualdades sociais, como o desenvolvimento capitalista, pelo contrário, busca ampliar a melhoria da qualidade de vida, a redistribuição de terra, a produção de alimentos agroecológicos, a recuperação da natureza.

Portanto, os movimentos socioterritoriais são movimentos que lutam pela terra e resistem frente as profundas mudanças pelas quais vem passando o campo no Brasil. Eles são um exemplo de luta e solidariedade nesse país. O MST, enquanto movimento socioterritorial é considerado como um ator político, pois constantemente enfrenta as demandas postas para os camponeses, seja na luta pela terra, na reivindicação de direitos, na luta pela educação, por apoio aos projetos econômicos, etc. A questão política dos camponeses, é uma questão ideológica, pois defendem modelos de produção, desenvolvimento econômico e social distintos que não visam a acumulação do capital.

O campesinato considerado aqui como um modo de vida centrado na propriedade, no trabalho e na família busca constantemente preservar sua autonomia e se libertar das servidões. Neste sentido, de libertar-se, que o campesinato no contexto do MST, pode ser caracterizado como “formas particulares da agricultura familiar, que se constitui enquanto um modo de vida específico de produzir e de viver em sociedade” (WANDERLEY, 1996, p.2).

Os camponeses vinculados ao MST têm uma produtividade distinta entre si, uma vez que, o movimento não é composto apenas de agricultores. Pois, há dentro do próprio movimento outras forças de trabalho tais como: empregadas domésticas, vendedores, professores (as), gestores, administradores, economistas, ou seja, várias forças de trabalho que vão além da condição camponesa. Desta forma, os camponeses que compõe o MST, seja acampado ou assentado que buscam outras possibilidades de sobreviver, por meio do trabalho externo e conseqüentemente para além de sua relação com a terra, não deixam de ser camponês, pois para Wanderley

a pluriatividade e o trabalho externo de membros da família não representam necessariamente a desagregação da agricultura camponesa, mas constituem, frequentemente, elementos positivos, com o qual a própria família pode contar para viabilizar suas estratégias de reprodução presentes e futuras (1996, p.6)

São essas estratégias de reprodução que evidenciam as transformações que o campesinato vem sofrendo no capitalismo, tais como: o êxodo rural, a proletarização, a perda da terra. Nessas transformações buscam reestruturar seu modo de vida, e é neste sentido, que



o MST procura organizar outras formas de reprodução social para manter o movimento em ação e enfrentar a realidade imposta pelas relações do capital, ou seja, o mercado, o lucro e a acumulação.

Eles se organizam através de cooperativas, agroindústrias, associações, etc. Com base nos números apresentados na plataforma eletrônica do próprio movimento tem-se: 100 cooperativas, 96 agroindústrias, 1,9 mil associações, 350 mil famílias assentadas (MST, 2020). Com isso, afirma-se que, o MST, apesar de ser um movimento que abrange a luta pela terra não é um movimento estritamente formado por camponeses, pois há uma diversidade nas relações de trabalho presente no movimento. A partir do contexto apresentado, a discussão está centrada nas formas sociais camponesas, ou seja, no trabalhador do campo, que faz parte do movimento e está na luta pela terra.

Essas formas particulares são expressas na organização do movimento que está especializado em 24 estados das cinco regiões do país. O movimento tem como instrumentos de luta, a ocupação de terras, os acampamentos, as marchas, jejuns e greves de fome, ocupação de prédios públicos, acampamentos e manifestações nas cidades, acampamentos diante de bancos, vigílias, luta pela Reforma Agrária Popular e luta pela transformação social (MST, 2021). Esses instrumentos de luta partem da organização de setores do movimento que se organizam para atingir seus objetivos de formas democráticas. Esses setores estão estruturados em: frente de massas, formação, educação, produção, comunicação, projetos, gênero, direitos humanos, saúde, finanças, relações internacionais e cultura (MST, 2021).

Neste sentido, o campesinato no contexto do movimento pode ser visto em três dimensões “representa um polo de uma das mais importantes contradições do capital, lutas camponesas e valorização na forma de produzir” (WELCH, et.al, 2009, P. 16). Essas dimensões mostram-nos que o campesinato é um modo de vida que está na base da formação social do Brasil, que continuam lutando pela permanência na terra ou pela reconquista dessa, por isso Welch, chama atenção para a contradição, pois o campesinato não se “liberta da propriedade fundiária”, pelo contrário, está preso a ela, seja pelo processo de subordinação ou através das lutas camponesas para ter acesso aos “recursos produtivos” (WELCH, et.al, 2009).

Nessas dimensões do campesinato, em suas formas de produzir, de lidar com a terra, de lutar por ela, e buscar novas possibilidades de sobreviver, que é importante corroborar com Welch, et.al, quando diz que o campesinato “é um trunfo para o desenvolvimento de uma outra agricultura, ou para a perseguição da sustentabilidade ambiental e social como valor” (WELCH, et.al, 2009). O campesinato precisa superar a exclusão imposta pelo agronegócio,



antes eram excluídos pelos latifúndios e sua falta de produção, hoje por sua vez, o agronegócio exclui pela alta produtividade (FABRINI, ROOS, 2014).

O agronegócio é um projeto do capitalismo, ou seja, é a expansão do capital no campo. É a expressão máxima da terra enquanto mercadoria, pois é por meio dela que o agronegócio expande inúmeros processos produtivos modernos, científicos e consequentemente destrutivos, pois impacta profundamente no campo, concentrando cada vez mais terra, degradando cada vez mais o meio ambiente. “Sua meta principal – arregimentada no modelo neoliberal – é a lucratividade imediata e a consolidação e expansão corporativa no sistema financeiro” (CAVALCANTE; FERNANDES; 2008, p. 17).

O agronegócio caracteriza o desenvolvimento do capitalismo no campo, ele é o retrato da modernização do campo e do aumento da concentração de terras em nosso país, bem como a centralização produtiva de monoculturas. O agronegócio é destrutivo, é um modelo de desenvolvimento que “promove a exclusão pela intensa produtividade” (FERNANDES, WELCH, 2004).

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias (FERNANDES, WELCH, 2004, p.01).

O agronegócio se materializa desde a exploração da matéria-prima a produção da mercadoria, ele integra um sistema complexo de produção em que domina a tecnologia agrícola, concentra terras, faz uso de mão-de-obra qualificada, tem forte relação com a política no país, está baseado no discurso do desenvolvimento do país, mas por outro lado, provoca intensas conflitualidades no campo bem como injustiças sociais.

O agronegócio é um grande inimigo do campesinato, pois ele

é uma nova “face” da agricultura capitalista que esconde o “velho” caráter especulativo da agricultura capitalista (rentismo) e a superexploração da força de trabalho, a exemplo das condições de trabalho, análogas à escravidão, de cortadores de cana-de-açúcar. Verifica-se que a expansão contraditória e desigual das relações capitalistas cria e recria relações não capitalistas, e o agronegócio e latifúndio são exemplares dessa expansão não necessariamente pautada nas relações mercadológicas de produção (produção de mercadorias) (FABRINI, ROOS, 2014, p.8).

O campesinato incorporado ao sistema econômico do capital sente na pele as condições desiguais. Por outro lado, sua lógica de produção não está voltada para o lucro, mas



para “o consumo direto da família” e “outra parte de sua produção é transformada em “mercadoria” (FABRINI, ROOS, 2014, p.8).

Portanto,

a agricultura camponesa implica em relações sociais de produção que se manifestam num conjunto de práticas, como produção de autoconsumo e resistência, controle de segmentos do processo produtivo, autonomia, relações comunitárias e de vizinhança, dentre outras características construídas enquanto estratégias de sua existência (FABRINI, ROOS, 2014, p.8).

O campesinato tem se recriado constantemente e tem desenvolvido estratégias de existência e resistência no enfrentamento ao Estado e ao agronegócio, pois esses setores estão alinhados no combate as ações de luta dos camponeses vinculado ao MST. O modelo de desenvolvimento desigual provoca constantemente a desigualdade territorial, pois expressa o crescimento econômico como propulsor do desenvolvimento no território do campo, com isso provocando cada vez mais a desigualdade e expandindo os interesses do capitalismo neoliberal. Portanto, é preciso pensar outros modelos de desenvolvimento, que estejam vinculados ao campesinato que permanece vivo na questão da terra no Brasil, pois suas lutas e reivindicações para conquistar a terra, permanecer nela e garantir sua produção e trabalho, são fatores que garantem a autonomia do camponês e dão a possibilidade de desenvolver outras formas de produção e relação com à terra.

O MST, tem uma importância significativa para os trabalhadores, sejam os do campo ou da cidade, pois o movimento tem se articulado para pensar alternativas que amplie a melhoria das condições de vida da população, como é o caso do lançamento do “Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular: por trabalho, alimentação, moradia e vida digna” (MST, 2020). Há conflitualidades na perspectiva de desenvolvimento da reforma agrária no Brasil. O governo desenvolve modelos que cada vez mais empobrecem o camponês e o endividam, gerando cada vez mais pobreza no campo, por outro lado, a luta dos movimentos socioterritoriais, apresenta um modelo de desenvolvimento do campesinato sob outra lógica.

Essa lógica se reproduz a partir da ação coletiva, das cooperativas, das agroindústrias, dos acampamentos, dos assentamentos, nas ocupações, na luta pela terra de um modo geral e nas proposições do MST, como o Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular. O Plano é um importante passo para o acesso a Reforma Agrária Popular, só sujeitos críticos, ativos e propositivos, podem contribuir para mudar a realidade em que vivemos, e temos um claro exemplo disso, através do MST.

O MST busca maneiras de ampliar as possibilidades de produção, acesso à terra, à moradia, à alimentação saudável, à educação para todos. Os camponeses nesse processo de



enfrentamento ao capital, buscam superar a lógica destrutiva do mercado capitalista, portanto, o Plano é uma estratégia que visa beneficiar não só o contexto do campo mais o contexto urbano, é uma luta para toda sociedade. O Plano se estrutura em 4 pilares, a saber: terra e trabalho; produção de alimentos saudáveis, proteger a natureza, água e biodiversidade e condições de vida digna no campo.

Quadro 1. Pilares do Plano Emergencial da Reforma Agrária do MST

Terra e Trabalho	Produção de alimentos saudáveis	Proteger a natureza, água e biodiversidade	Condições de vida digna no campo
Arrecadação imediata das terras públicas devolutas e a destinação para a Reforma Agrária.	Retomada emergencial do Programa de Aquisição de Alimento (PAA).	Zelar pelos nossos bens naturais, pela natureza, incentivar o plantio de árvores, mas também a proliferação de agroflorestas.	Debate ao enfrentamento da violência doméstica.
Cobrar dívida de empresas e converter em terras.	Assegurar a PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar),	Fazer frente a toda essa política de desmatamento do Ministério do Meio Ambiente, pelo ministro Ricardo Salles.	Garantir para as populações no campo de assentamentos e acampamentos, moradia digna para que também a juventude permaneça no campo.
Assentar famílias próximas a centros urbanos.	Liberação de recursos para um plano nacional de agroecologia, garantindo imunidade para o povo brasileiro e o acesso à comida de verdade sem agrotóxicos.		Não permitir que nenhuma criança esteja desassistida neste processo de pandemia em relação às escolas do campo.
Suspensão dos despejos e reintegração de posse.			
Assegurar aos povos indígenas e povos quilombolas a demarcação e o reconhecimento dos seus territórios.	Incentivo para a produção de comida sem veneno.		

Fonte: MST – Entrevista exclusiva com Kelli Mafort, coordenação nacional do MST.

O Plano Emergencial é uma alternativa para que os movimentos socioterritoriais possam mostrar à sociedade e ao governo a necessidade de olhar para o campo e combater o avanço do agronegócio sob o modo de vida camponesa. O ensejo pela realização da Reforma Agrária no Brasil é algo que vem sendo discutido há muito tempo, mesmo com algumas ações de implantação de assentamentos e o desenvolvimento de políticas públicas para à educação,



saúde, produção, ainda precisamos avançar muito, pois a alta concentração fundiária em nosso país é um dos pressupostos para as diversas problemáticas que há no território do campo.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A análise do campesinato no contexto dos movimentos socioterritoriais evidencia que o campo no Brasil é constituído por modelos de desenvolvimento distintos: o modelo de desenvolvimento pensado pelo agronegócio está vinculado à lógica do capital, por outro lado, a perspectiva do campesinato se distingue pela cooperação e pela implantação de modelos produtivos, como a agroecologia, que respeitam a natureza, assim como modelos de produção baseados na cooperação, na promoção da diversidade produtiva, na manutenção da qualidade da produção, sem o uso de agrotóxicos e na luta por uma produção mais sustentável.

A relação desses modelos de desenvolvimento mesmo que em caminhos antagônicos nos coloca a necessidade de pensar, que políticas públicas e que tipos de planejamento de fato tem sido efetivo para a melhoria do desenvolvimento do campo para além do viés estritamente econômico e reconhecendo a necessidade de investir em outros âmbitos, como no social, no educacional e no cultural.

É importante frisar que, ambos os modelos de desenvolvimento vem contribuindo com o país, seja no contexto do mercado interno bem como no mercado externo, o que deveria existir é o reconhecimento da resistência dos movimentos camponeses na luta pela terra e sua responsabilidade com a alimentação da população e o reconhecimento por parte do Estado que o Brasil precisa mudar sua estrutura fundiária se quiser alcançar um território mais sustentável e democrático nas relações de produção, comercialização e consumo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pela terra, pela construção de sua autonomia e a criação de outra lógica de organização social é refletida pela tomada de consciência do campesinato através de suas lutas. O campesinato se materializa através luta e resistência perante ao modelo de desenvolvimento desigual existente no campo brasileiro.

Portanto, a resistência está presente sobre a conflitualidade de classe entre o campesinato e o agronegócio no contexto da sociedade capitalista, que tem um modelo de desenvolvimento que precisa ser repensado. Pois, é um modelo que reflete a desigualdade entre campo e cidade, sendo a cidade criação do próprio capital, que a partir disto, estabeleceu sua perversidade sobre o campo, com a intensificação do êxodo rural e a necessidade de



resistência do campesinato. As condições materiais de produção são distintas, mas evidencia a necessidade de se compreender o processo histórico que constitui a consolidação das mudanças no campo e na cidade, refletindo desta forma, a diferenciação de classes, que constroem espaços distintos e conseqüentemente, tem colocado o campo em um segundo plano.

Desta forma, o estudo do MST através da principal forma social que o constitui, o campesinato, ajuda a compreender a questão das desigualdades socioespaciais. No que se refere ao território do campo, essas desigualdades estão presentes nos diferentes modelos de desenvolvimento, seja através do modelo proposto pela lógica capitalista ou pela lógica do campesinato vinculado ao MST.

E neste sentido, na luta pela terra, pela autonomia do campesinato e pela constituição de uma sociedade mais igualitária, defendida pelos camponeses do movimento através de ocupações, manifestações, passeatas, conquista de assentamentos, produções agroecológicas, mostram como a utopia por uma sociedade mais justa e igualitária se constitui no horizonte do movimento.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Revista Nera-Ano 11, n. 13, Presidente Prudente, Jul/ Dez. 2008, P. 16-25

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto.** 3ed. Porto Alegre. Artmed, 2010

FABRINI, João Edmilson. ROOS, Djoni. **Conflitos Territoriais entre o Campesinato e o Agronegócio Latifundiário.** 1ª Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Contribuição ao Debate Paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário.** Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista (UNESP-PP). Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. **Modelos de Desenvolvimento em Conflito: o agronegócio e a via camponesa.** In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17, 2004, Gramado. Anais.... 2004. [CD-ROM]

FERNANDES, BERNARDO M.; STEDILE, João P. **Brava gente: a trajetória do MST e luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico.** Presidente Prudente: [s.n],



2013. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/textos-volume2-bmf2013.pdf>>
Acesso em 22 de junho de 2020.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais.** En: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires :CLACSO, 2005- . -- ISSN 1515-3282 Disponible en:
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16MFernandes.pdf>

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil.** Disponível em:<<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/GEOGRAFIA%20RURAL%202016/Aula%209b.pdf>> Acesso em 29 de agosto de 2020.

FERNANDES, Bernardo Maçano. WELCH, Clifford Andrew.
GONÇALVES, Elienai Constantino. **Os Usos da Terra no Brasil.** 1ª ed. Cultura Acadêmica, São Paulo, 2014.

GOHN, Maria d Glória (org.) **Movimentos Sociais no início do século XXI.** Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje.** Trad. E. Sader. São Paulo: Viramundo, 2003.

MAFORT, KELLI. **Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular: por trabalho, alimentação, moradia e vida digna.** Disponível em: <[https://mst.org.br/2020/06/04/plano-emergencial-de-reforma-agraria-por-trabalho-alimentacao-moradia-e-vidadigna/#:~:text=Kelli%20Mafort%20\(KM\)%3A%20O,em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20C3%A0%20desigualdade%20social.](https://mst.org.br/2020/06/04/plano-emergencial-de-reforma-agraria-por-trabalho-alimentacao-moradia-e-vidadigna/#:~:text=Kelli%20Mafort%20(KM)%3A%20O,em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20C3%A0%20desigualdade%20social.)> Acesso em 22 de agosto de 2020.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Movimentos sociais no governo Bolsonaro. Revista da ANPEGE,** [S.l.], v. 16, n. 29, p. 490-521, dez. 2020. ISSN 1679-768X. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12502>>. Acesso em: 30 mar. 2021. doi:<https://doi.org/10.5418/ra2020.v16i29.12502>.

MOREIRA, Ruy. **Formação do espaço agrário brasileiro.** 1ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1990.

MOREIRA, Ruy. **A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil.** 3ª ed. Rio de Janeiro, Consequência, 2020.

MST. **Reforma Agrária: um caminho sem volta.** Disponível em:<<https://mst.org.br/2020/06/05/reforma-agraria-um-caminho-sem-volta/>> Acesso em 04 de agosto de 2020.

NABARRO, Sergio Aparecido. **Modo de Vida e Campesinato no Capitalismo: contribuições, limites e a construção de um entendimento do campesinato como modo de vida.** Tese de Doutorado (Geografia Humana) Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. DG/FFLCH/USP. São



Paulo, 2014. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-24112014-174721/pt-br.php>. Acesso em 18 de maio de 2020.

STEDILE, João Pedro. (org.) **A Questão Agrária no Brasil: 1500 – 1960**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda: 1960 - 1980**. 1ª ed. São Paulo. Expressão Popular, 2005.

THEIS, Ivo M.; BUTZKE, Luciana. **Desenvolvimento regional no Brasil: inserção subordinada na economia mundial e fragmentação do território**. Anais do XVII Encontro Nacional da ANPUR. São Paulo: ANPUR, 2017.

THEIS, Ivo Marcos. **O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira**. Revista Redes, 2019. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/13670>> Acesso em 04 de janeiro de 2021.

THEIS, Ivo Marcos. **Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual**. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 12, n. 2, fev. 2010. ISSN 2179-7536. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/324>>. Acesso em: 22 agosto. 2020. Doi:<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v12i2.324>.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O campesinato brasileiro: uma história de resistência**. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, pág. 25-44, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600002&lng=en&nrm=iso>. acesso em 30 de março de 2021.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro Anual da Anpocs, 1996. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-5.pdf>> Acesso em 20 de fevereiro de 2021.

WELCH, Clifford Andrew [et.al]. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássica**. v.1. São Paulo, Ed.Unesp e Brasília, Nead, 2009.